



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÁ**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

## **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026**

Município de Caraá

Edital de Pregão Eletrônico nº 031/2026

Tipo de julgamento: menor preço por item

Modo de disputa: aberto

Processo nº 1.764/2026

Edital de pregão eletrônico para Registro de Preços visando a eventual aquisição de materiais descartáveis e correlatos de uso educacional e administrativo, destinados à Secretaria Municipal de Educação de Caraá/RS, compreendendo, entre outros: copos descartáveis, pratos, talheres, bandejas, copos térmicos, guardanapos, potes, embalagens PET, bandejas plásticas e sapatilhas descartáveis tipo propé, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I).

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CARAÁ**, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, cujo o objeto trata-se do Registro de Preços visando a eventual aquisição de materiais descartáveis e correlatos de uso educacional e administrativo, destinados à Secretaria Municipal de Educação de Caraá/RS, compreendendo, entre outros: copos descartáveis, pratos, talheres, bandejas, copos térmicos, guardanapos, potes, embalagens PET, bandejas plásticas e sapatilhas descartáveis tipo propé, conforme descrito neste edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Municipal nº 1872/2024 e, subsidiariamente, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto Federal nº 1.024/2019, bem como as condições, a seguir estabelecidas:

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no dia **14 de julho de 2026**, às **14h**, podendo as propostas serem enviadas até às **13h**, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

### **1. DO OBJETO:**

Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços visando a eventual aquisição de materiais descartáveis e correlatos de uso educacional e administrativo, destinados à Secretaria Municipal de Educação de Caraá/RS, compreendendo, entre outros: copos descartáveis, pratos, talheres, bandejas,



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ** **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

copos térmicos, guardanapos, potes, embalagens PET, bandejas plásticas e sapatilhas descartáveis tipo propé, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I).

### **2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME**

**2.1.** Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

**2.2.** As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), ou solicitadas por meio do seguinte endereço de e-mail: [fornecedor@portaldecompraspublicas.com.br](mailto:fornecedor@portaldecompraspublicas.com.br).

**2.3.** É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

**2.3.1.** Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**2.3.2.** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**2.3.3.** Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

**2.3.4.** Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

**2.3.5.** Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

### **3. ENVIO DAS PROPOSTAS**

**3.1.** As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando o item 4 deste Edital.

**3.2.** O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

**3.2.1.** Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**3.2.2.** Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ** **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.2.3.** Que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**3.2.4.** Que no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.2.5.** Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**3.2.6.** Que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

**3.3.** Outras eventuais declarações complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo sistema do pregão eletrônico e/ou pregoeiro, deverão ser realizadas via sistema ou encaminhadas no prazo máximo de 03 dias úteis.

### **4. PROPOSTA**

**4.1.** O prazo de validade da proposta será de 90 dias úteis, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo deste edital.

**4.2.** Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, modelo, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

**OBS.:** Em se tratando de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá, excepcionalmente, nos termos dos artigos 41, 42 e 43 da Lei nº 14.133/2021, indicar marcas ou modelos e/ou exigir amostra ou prova de conceito, mediante existente procedimento de padronização.

### **5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante vencedora deverá enviar os seguintes documentos:

#### **5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ** **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

- a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), se o licitante for pessoa jurídica;
- d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- a) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, e com o Município de Carará, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

### **5.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa Jurídica, em prazo não superior a 90 dias da data designada para a apresentação do documento;

**5.3.1.** É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

**5.3.2.** Para as empresas classificadas no **Simples Nacional**, não se aplica a obrigatoriedade do item **5.3, alínea "a"** (Demonstrações Contábeis).

**5.3.3.** Os licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ** **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

**5.3.4.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**5.4.** Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

**5.4.1.** A substituição referida no item 5.4. somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

**5.5.** Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

## **6. VEDAÇÕES**

**6.1** Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- a)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- d)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e)** agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ** **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**6.2.** O impedimento de que trata a alínea “a” do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**6.3.** Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

### **7. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**7.1.** No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

**7.2.** O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

**7.3.** A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

### **8. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**8.1.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

**8.2.** Serão desclassificadas as propostas que:

**a)** contiverem vícios insanáveis;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ** **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
  - c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação após a fase de lances;
  - d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 8.3.** A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
- 8.4.** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.
- 8.5.** As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que todos os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.6.** Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.
- 8.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:
- 8.7.1.** O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
  - 8.7.2.** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  - 8.7.3.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
  - 8.7.4.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 0,01, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.
  - 8.7.5.** Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.
  - 8.7.6.** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.8.** A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

## **9. MODO DE DISPUTA**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ** **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

- 9.1.** Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.
- 9.2.** A etapa competitiva de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.3.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 9.4.** Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 9.5.** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5%.
- 9.6.** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.7.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no mesmo endereço eletrônico que ocorreu a sessão.

### **10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

**10.1.** Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital;

**10.1.1.** Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

**10.1.2.** Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ** **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

**b)** Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 10.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea “a” deste item.

**10.1.3.** O disposto no item 10.1.1. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da LC nº 123/2006.

**10.2.** Se não houver licitante que atenda ao item 10.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

**a)** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**b)** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

**c)** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.

**d)** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**10.3.** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**a)** empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

**b)** empresas brasileiras;

**c)** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**d)** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

## **11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO**

**11.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

**11.2.** A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ** **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

juízo da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

**11.3.** Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor de referência da Administração.

**11.4.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

### **12. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO**

**12.1.** Encerrada a etapa de propostas, o licitante melhor classificado enviará a documentação de habilitação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**12.2.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**12.3.** As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

**12.4.** O beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que declarado vencedor, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**12.5.** Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital. Nessa hipótese, classificada a proposta, será concedido o prazo previsto no item 12.1 para o envio da documentação de habilitação.

**12.6.** A habilitação poderá ser realizada por processo eletrônico de comunicação a distância, nos termos dispostos em regulamento do Poder Público.

**12.7.** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ** **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

### **13. DOS RECURSOS**

**13.1.** Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

**13.2.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

- a) Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 13.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:
- b) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- c) a apreciação dar-se-á em fase única.

**13.3.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.4.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**13.5.** O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

### **14. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

**14.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ** **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

### **15. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO**

**15.1.** O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 03 dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**15.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**15.3.** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**15.4.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**15.5.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 15.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**15.6.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

### **16. VIGÊNCIA DA ATA**

A Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÁ** **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei Federal 14.133/2021.

### **17. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**17.1.** O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

**17.2.** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**17.3.** O pagamento será efetuado no prazo de máximo de 30 dias úteis da entrega total do(s) produto(s).

**17.4.** Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

### **18. RECEBIMENTO DO OBJETO**

**18.1.** O prazo de entrega integral dos produtos é de 30 dias úteis, a contar da emissão da ordem de fornecimento.

**18.2.** Os materiais deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação de Caraá, sito a Rua Inácio Rabelo dos Santos, 8363, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 horas, de segunda a sexta-feira, aos cuidados dos fiscais do contrato. Este horário pode ser alterado a critério da administração.

**18.3.** Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 03 dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

**18.4.** O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

**18.5.** A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

### **19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**19.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**19.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 19.1 deste edital as seguintes sanções.

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**19.3.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 19.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

**19.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 19.2 do presente Edital.

**19.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**19.6.** A aplicação das sanções previstas no item 19.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**19.7.** Na aplicação da sanção prevista no item 19.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**19.8.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 19.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**19.9.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**19.10.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**19.11.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**19.12.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**19.13.** A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “l” do item 19.1 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARÁÁ**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

de programa de integridade pelo responsável.

**20. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

**20.1.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**20.2.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**21.1.** A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contrato.

**21.2.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

**21.3.** A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

**21.4.** Em caso de divergência entre o edital e seus anexos, prevalecerá o disposto no edital.

**21.5.** Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

**21.6.** Integra este Edital:

- a) o ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) o ANEXO II – MODELO DE ATA;
- c) o ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÕES.

Caráá/RS, 22 de junho de 2026.

**BOLIVAR ANTÔNIO DE SOUZA RABELO GOMES**  
**Prefeito Municipal**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARÁÁ/RS



---

## TERMO DE REFERÊNCIA

---

### 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO

**Sistemática:** Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, com adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP, conforme arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023.

**Objeto:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais descartáveis e correlatos de uso educacional e administrativo, destinados à Secretaria Municipal de Educação de Caraá/RS, compreendendo, entre outros: copos descartáveis, pratos, talheres, bandejas, copos térmicos, guardanapos, potes, embalagens PET, bandejas plásticas e sapatilhas descartáveis tipo propé, conforme especificações do Estudo Técnico Preliminar.

**Contexto da contratação:**

A descrição completa da necessidade, a justificativa técnica e econômica para a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), o alinhamento ao Plano Anual de Contratações – PAC e as razões para a escolha da solução encontram-se detalhadas nas seções 2, 3 e 6 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), cujos termos ficam integralmente ratificados e incorporados a este Termo de Referência.

---

### 2 – DESCRIÇÃO DO OBJETO

O objeto compreende o registro de preços para aquisição futura e eventual de materiais descartáveis, destinados ao atendimento das unidades escolares e administrativas da Secretaria Municipal de Educação de Caraá/RS, conforme especificações técnicas constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Os itens que compõem o objeto da presente contratação são os seguintes:

- a. Copos descartáveis de diferentes capacidades e materiais;
- b. Pratos descartáveis;
- c. Talheres descartáveis;
- d. Bandejas plásticas e térmicas;
- e. Guardanapos;
- f. Embalagens PET;
- g. Potes térmicos;
- h. Sapatilhas descartáveis tipo propé.

**Critério de julgamento:** menor preço por item.

Os quantitativos são meramente estimativos, não obrigando a Administração à aquisição integral.



---

### 3 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, que demonstrou a necessidade contínua de abastecimento de materiais descartáveis essenciais ao funcionamento das unidades escolares.

A adoção do Sistema de Registro de Preços está amparada nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, sendo adequada para demandas variáveis e não previsíveis com precisão.

A solução escolhida permite:

- a. aquisição conforme necessidade real;
- b. redução de desperdícios;
- c. maior eficiência logística e administrativa;
- d. ampliação da competitividade;
- e. racionalização de contratações emergenciais.

Nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, busca-se a seleção da proposta mais vantajosa, considerando preço, qualidade e adequação técnica dos materiais.

---

### 4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os materiais objeto da presente contratação foram definidos com base em pesquisa de mercado realizada conforme a Instrução Normativa nº 65/2021 e art. 23 da Lei nº 14.133/2021, contemplando especificações técnicas usuais, padrões de desempenho e requisitos mínimos de qualidade necessários ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação.

Os itens deverão observar rigorosamente as normas sanitárias e técnicas aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela ANVISA e ABNT, quando pertinentes, garantindo adequação ao uso em contato com alimentos e conformidade com padrões de segurança, higiene e durabilidade.

A seguir, apresenta-se a relação consolidada dos itens, com suas respectivas especificações e valores estimados:



Item	Código	Nome	Descrição detalhada	Unidade	Qtde.	Valor unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
1	014.00 0.352	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 50 ML PACOTE 100 UN	Confeccionado em poliestireno (PS), liso, transparente ou branco, virgem, espessura uniforme, resistente. Produto em conformidade com as normas da ANVISA para contato direto com alimentos e bebidas. Pacote com 100 unidades.	PAC	500	2,87	1.435,00
2	014.00 0.023	COPO DESCARTÁVEL 200ML C/ 100UN	Confeccionado em poliestireno (PS), liso, transparente ou branco, virgem, espessura uniforme, resistente. Produto em conformidade com as normas da ANVISA para contato direto com alimentos e bebidas. Pacote com 100 unidades.	PAC	1000	6,49	6.490,00
3	014.00 0.353	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 300 ML PACOTE 100 UN	Confeccionado em poliestireno (PS), liso, transparente ou branco, virgem, espessura uniforme, resistente. Produto em conformidade com as normas da ANVISA para contato direto com alimentos e bebidas. Pacote com 100 unidades.	PAC	1000	10,82	10.820,00
4	014.00 0.354	PRATO PLÁSTICO DESCARTÁVEL RASO REFEIÇÃO 21 A 23 CM PACOTE 10 UN	Diâmetro de 21 cm a 23 cm. Confeccionado em poliestireno (PS) de alta resistência mecânica, cor branca ou transparente. Produto em conformidade com as normas da ANVISA para contato direto com alimentos e bebidas. Pacote com 10 unidades.	PAC	500	3,62	1.810,00



5	014.00 0.355	PRATO PLÁSTICO DESCARTÁVEL FUNDO SOBREMESA 15 A 18 CM PACOTE 10 UN	Diâmetro de 15 cm a 18 cm. Confeccionado em poliestireno (PS) rígido, cor branca. Pacote com 10 unidades.	PAC	200	2,46	492,00
6	014.00 0.356	GARFO PLÁSTICO DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA 15 CM PACOTE 50 UN	Poliestireno (PS) reforçado, dentes firmes, sem rebarbas, cor cristal ou branca. Produto em conformidade com as normas da ANVISA para contato direto com alimentos e bebidas. Pacote com 50 unidades.	PAC	500	3,18	1.590,00
7	014.00 0.357	COLHER PLÁSTICA DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA 15 CM PACOTE 50 UN	Poliestireno (PS) reforçado, resistente, sem rebarbas, cor cristal ou branca. Produto em conformidade com as normas da ANVISA para contato direto com alimentos e bebidas. Pacote com 50 unidades.	PAC	100	3,86	386,00
8	014.00 0.358	COLHER PLÁSTICA DESCARTÁVEL PARA CAFÉ 8 A 10 CM PACOTE 100 UN	Poliestireno (PS), cor cristal ou branca. Produto em conformidade com as normas da ANVISA para contato direto com alimentos e bebidas. Pacote com 100 unidades.	PAC	100	5,71	571,00
9	014.00 0.359	BANDEJA LAMINADA REDONDA N.º 6	Fabricada em papelão prensado de alta densidade ou micro-ondulado, revestida com película plástica metalizada impermeável. Cores prata, ouro, rose gold, vermelho ou branco. Tamanho n.º 6 (30,5 a 32 cm).	UN	200	4,17	834,00



10	014.00 0.360	BANDEJA LAMINADA REDONDA N.º 7	Fabricada em papelão prensado de alta densidade ou micro-ondulado, revestida com película plástica metalizada impermeável. Cores prata, ouro, rose gold, vermelho ou branco. Tamanho n.º 7 (35 a 36 cm).	UN	200	4,02	804,00
11	014.00 0.361	BANDEJA LAMINADA REDONDA N.º 8	Fabricada em papelão prensado de alta densidade ou micro-ondulado, revestida com película plástica metalizada impermeável. Cores prata, ouro, rose gold, vermelho ou branco. Tamanho n.º 8 (38 a 39 cm).	UN	200	4,13	826,00
12	014.00 0.362	BANDEJA LAMINADA RETANGULAR N.º 5	Fabricada em papelão prensado de alta densidade ou micro-ondulado, revestida com película plástica metalizada impermeável. Cores prata, ouro, rose gold, vermelho ou branco. Tamanho n.º 5 (40 x 34 cm).	UN	200	4,86	972,00
13	014.00 0.363	BANDEJA LAMINADA RETANGULAR N.º 6	Fabricada em papelão prensado de alta densidade ou micro-ondulado, revestida com película plástica metalizada impermeável. Tamanho n.º 6 (45 x 39 cm).	UN	200	5,63	1.126,00
14	014.00 0.364	BANDEJA LAMINADA RETANGULAR N.º 7	Fabricada em papelão prensado de alta densidade ou micro-ondulado, revestida com película plástica metalizada impermeável. Tamanho n.º 7 (52 x 42 cm).	UN	200	5,22	1.044,00
15	014.00 0.365	COPO TÉRMICO DESCARTÁVEL 120 ML PACOTE 100 UN	Confeccionado em poliestireno expandido (EPS), atóxico e higiênico, com isolamento térmico eficiente, borda reforçada e resistência a deformações. Pacote com 100 unidades.	PAC	500	7,33	3.665,00



16	014.00 0.366	COPO TÉRMICO DESCARTÁVEL 180 ML PACOTE 100 UN	Confeccionado em poliestireno expandido (EPS), atóxico e higiênico, com isolamento térmico eficiente, borda reforçada e resistência a deformações. Pacote com 100 unidades.	PAC	500	6,33	3.165,00
17	014.00 0.367	COPO TÉRMICO DESCARTÁVEL 240 ML PACOTE 100 UN	Confeccionado em poliestireno expandido (EPS), atóxico e higiênico, com isolamento térmico eficiente, borda reforçada e resistência a deformações. Pacote com 100 unidades.	PAC	500	37,93	18.965,00
18	014.00 0.368	GUARDANAPO DE PAPEL FOLHA DUPLA 24 X 24 CM PACOTE 50 UN	Confeccionado em 100% fibras de celulose virgem, alta absorção e resistência mecânica. Cor branca. Embalagem com 50 unidades. Atende às normas da ANVISA e ABNT para contato com alimentos.	PAC	100	1,28	128,00
19	014.00 0.369	POTE TÉRMICO CUMBUCA 470 ML PACOTE 50 UN	Formato redondo, confeccionado em EPS (isopor de alta densidade), atóxico, com isolamento térmico eficiente para alimentos quentes e frios. Capacidade aproximada 470 - 500 ml. Pacote com 50 unidades.	PAC	100	17,17	1.717,00
20	014.00 0.370	POTE TÉRMICO CUMBUCA 300 ML PACOTE 50 UN	Formato redondo, confeccionado em EPS (isopor de alta densidade), atóxico, com isolamento térmico eficiente para alimentos quentes e frios. Capacidade aproximada 300 ml. Pacote com 50 unidades.	PAC	100	15,15	1.515,00
21	014.00 0.371	POTE TÉRMICO TIPO MARMITEX COM	Formato redondo, confeccionado em EPS (isopor de alta densidade), atóxico, com isolamento térmico eficiente para	PAC	50	33,91	1.695,50



		TAMPA 750 ML PACOTE 100 UN	alimentos quentes e frios. Capacidade aproximada 750 ml. Pacote com 100 unidades.				
22	014.00 0.372	POTE PET COM TAMPA ARTICULÁVEL CRISTAL 450 ML PACOTE 200 UN	Formato redondo, confeccionado em Polietileno Tereftalato (PET), atóxico, cor cristal. Com tampa articulável e encaixável. Capacidade aproximada 450 ml. Pacote com 200 unidades.	PAC	20	139,56	2.791,20
23	014.00 0.373	BANDEJA PLÁSTICA RETANGULAR 30 X 18 X 1,5 CM	Confeccionada em polipropileno atóxica, resistente a impactos, com bordas elevadas, superfície plana e lavável. Indicada para contato direto com alimentos.	UN	100	15,96	1.596,00
24	007.00 0.170	SAPATILHA DESCARTÁVEL TIPO PROPÉ TNT 40 G/M <sup>2</sup> PACOTE 100 UN	Confeccionada em TNT 100% polipropileno, atóxica, hipoalergênica, com elástico reforçado. Tamanho único para numeração 34 a 45. Pacote com 100 unidades (50 pares).	PAC	250	32,41	8.102,50



#### 4.1 Requisitos técnicos gerais

Os materiais deverão:

- atender às normas sanitárias da ANVISA e regulamentações aplicáveis;
- possuir especificações mínimas de qualidade (gramatura, resistência, composição e capacidade);
- ser adequados ao uso em contato com alimentos quando aplicável;
- ser novos, sem uso prévio.

#### 4.2 Requisitos operacionais

A execução deverá observar:

- fornecimento parcelado durante a vigência da ata;
- vedação de exigência de quantidade mínima por pedido que inviabilize a execução, devendo a Administração, sempre que possível, consolidar demandas para racionalizar as entregas, não havendo, entretanto, tal obrigatoriedade, tendo em vista o atendimento prioritário do interesse público;
- vedação de valor mínimo por entrega;
- vedação de faturamento mínimo;
- obrigatoriedade de atendimento de pequenas quantidades solicitadas.

#### 4.3 Justificativa jurídica do modelo de fornecimento

A presente contratação será processada por meio do Sistema de Registro de Preços, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, competitividade, razoabilidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

Considerando a natureza estimativa da demanda e a necessidade de atendimento contínuo das unidades escolares, o modelo de fornecimento adotado prevê entregas parceladas, sem exigência de faturamento mínimo, valor mínimo por pedido ou quantitativo mínimo por entrega, de modo a assegurar a efetiva utilização da Ata de Registro de Preços conforme as necessidades da Administração.

Tal sistemática encontra respaldo na legislação vigente e no entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, segundo o qual a Administração deve evitar a imposição de condições que restrinjam indevidamente a competitividade, inviabilizem a participação de fornecedores ou comprometam a efetividade da contratação.

Dessa forma, o modelo adotado busca assegurar:

I – a continuidade e regularidade dos serviços públicos prestados pela Secretaria Municipal de Educação;

II – a eficiência administrativa e o adequado gerenciamento dos estoques e das demandas das unidades escolares;



III – a prevenção de situações de desabastecimento decorrentes de recusas injustificadas ou limitações indevidas ao fornecimento;

IV – a observância dos princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração;

V – a efetividade do Sistema de Registro de Preços, permitindo aquisições compatíveis com a demanda real e variável da Administração ao longo da vigência da ata.

## **5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

O fornecimento será realizado de forma parcelada, mediante emissão de Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho.

### **5.1 Mecanismo de prevenção contra recusa de fornecimento**

Fica vedado ao fornecedor recusar o fornecimento com base em baixo volume ou exigir faturamento mínimo. A Administração envidará esforços para consolidar os pedidos em lotes racionais, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas pela área demandante, hipótese em que o fornecedor estará obrigado a atender.

A adesão à ata implica aceitação integral dessas condições.

### **5.2 Organização operacional das entregas**

Embora não haja quantitativo mínimo por pedido, a Administração poderá, quando conveniente:

- a. consolidar demandas;
- b. programar entregas periódicas;
- c. agrupar pedidos por unidade escolar;
- d. estabelecer cronogramas de abastecimento.

Essa medida visa equilibrar eficiência logística e economicidade, sem prejudicar a continuidade do serviço público.

**5.2.1 Prazo de entrega:** O fornecedor deverá entregar os produtos em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho, sob pena de multa;

#### **5.2.2 Procedimento em caso de descumprimento reiterado**

Em caso de 2 (duas) ocorrências de descumprimento contratual, caracterizadas como atraso na entrega, recusa injustificada de fornecimento ou entrega em desconformidade com o especificado, no período de até 6 (seis) meses, a Administração poderá:

I – Adotar as medidas necessárias para assegurar a continuidade do fornecimento, inclusive mediante convocação dos demais fornecedores registrados ou remanescentes

do certame, observadas as disposições da Ata de Registro de Preços, do edital e da Lei nº 14.133/2021;

II – Promover o cancelamento do registro de preços do fornecedor em relação ao item afetado, observados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis previstas na Seção 10 deste Termo de Referência.

### **5.3 Compatibilidade com o SRP e entendimentos dos Tribunais de Contas**

O modelo de fornecimento adotado encontra-se em consonância com a finalidade do Sistema de Registro de Preços prevista na Lei nº 14.133/2021, que consiste em possibilitar contratações futuras e parceladas, ajustadas às necessidades efetivas da Administração, especialmente nos casos em que a demanda apresenta caráter estimativo, variável ou de difícil mensuração prévia.

A sistemática proposta observa os princípios da eficiência, economicidade, competitividade, planejamento, razoabilidade e interesse público, permitindo que a Administração realize aquisições na exata medida de suas necessidades, sem gerar estoques excessivos ou risco de desabastecimento das unidades escolares.

O modelo também está alinhado aos entendimentos adotados pelos Tribunais de Contas, em especial pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, que têm destacado a necessidade de que os instrumentos convocatórios e as atas de registro de preços sejam estruturados de forma a assegurar a efetividade da contratação, a ampla competitividade e a adequada execução contratual, vedando exigências ou condições que possam restringir indevidamente a participação de fornecedores ou inviabilizar o atendimento das demandas da Administração.

Nesse contexto, a previsão de fornecimento parcelado, sem imposição de faturamento mínimo, valor mínimo por solicitação ou quantitativo mínimo por entrega, constitui medida compatível com a natureza do objeto e com a lógica operacional do Sistema de Registro de Preços, contribuindo para a continuidade do serviço público, para a eficiência da gestão dos recursos públicos e para a adequada satisfação do interesse público.

### **5.4 Da Verificação Preventiva de Exequibilidade das Propostas**

A Administração, com fundamento no § 2º do art. 59 e no art. 61 da Lei nº 14.133/2021, conduzirá o procedimento licitatório com o objetivo de aferir, de forma preventiva e aprofundada, a exequibilidade das propostas e a real capacidade de cumprimento das obrigações assumidas, em especial quanto à entrega parcelada e à impossibilidade de recusa por baixo volume, característica inerente ao Sistema de Registro de Preços adotado neste Termo.

#### **5.4.1 Da Identificação de Índícios e Dever de Diligência**

Sempre que o preço ofertado for considerado inexecutável nos termos da lei, ou quando houver indícios de que os custos logísticos, de transporte e de distribuição não foram adequadamente considerados – circunstância que comprometeria a futura execução contratual das entregas parceladas às unidades escolares –, o Agente de Contratação



deverá, e não apenas poderá, promover diligência obrigatória para a comprovação da exequibilidade da proposta.

A diligência é ato vinculado ao poder-dever de controle da legalidade e da eficiência, visando proteger o interesse público contra propostas insustentáveis e o risco de desabastecimento das escolas.

#### **5.4.2 Do Procedimento de Verificação**

Para subsidiar a análise, poderá ser exigido do licitante, entre outros documentos pertinentes:

- I – Planilha detalhada de composição de todos os custos unitários e totais, incluindo aquisição dos materiais, tributos, margem de lucro e despesas indiretas;
- II – Demonstração expressa da metodologia de cálculo e rateio dos custos logísticos (frete, seguro, armazenagem) para entregas parceladas às 7 (sete) unidades escolares do Município, inclusive simulações para pedidos de baixo volume e para localidades de difícil acesso;
- III – Cotações, contratos ou notas fiscais que evidenciem o custo de aquisição dos produtos junto a fabricantes ou distribuidores;
- IV – Declaração de disponibilidade de estrutura operacional (frota própria ou contratada, centro de distribuição, etc.) compatível com o atendimento tempestivo dos pedidos emitidos durante a vigência da ata.

#### **5.4.3 Da Comprovação de Exequibilidade e da Decisão Motivada**

A demonstração da exequibilidade da proposta incumbe ao licitante quando solicitada pela Administração, devendo ser apresentada por meio de documentos e informações suficientes para evidenciar, de forma objetiva e consistente, a viabilidade econômico-financeira da execução do objeto nas condições ofertadas.

A apresentação de elementos incompletos, contraditórios, genéricos ou insuficientes para comprovar a exequibilidade da proposta poderá ser considerada inadequada para afastar as dúvidas identificadas pela Administração acerca da viabilidade de sua execução.

Nessa hipótese, após a análise dos esclarecimentos e documentos apresentados, o Agente de Contratação poderá desclassificar a proposta, mediante decisão fundamentada e devidamente motivada, com fundamento nos arts. 59, inciso IV, e 61 da Lei nº 14.133/2021, quando concluir pela inexecuibilidade da proposta ou pela ausência de demonstração suficiente de sua exequibilidade.

#### **5.4.4 Da Blindagem Contratual Superveniente**

Como consequência direta do procedimento de verificação, a proponente vencedora terá sua proposta validada como plenamente exequível para todos os cenários de fornecimento parcelado previstos neste Termo. Fica, portanto, expressamente vedado ao fornecedor, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, alegar:



- 
- I – Inviabilidade econômica ou financeira superveniente decorrente dos custos de transporte e entrega;
  - II – Distância ou dificuldade de acesso às unidades escolares para entrega;
  - III – Baixo valor ou pequeno quantitativo dos pedidos;
  - IV – Quaisquer outras circunstâncias de natureza operacional ou econômica que, por sua natureza previsível, já deveriam ter sido consideradas quando da formação da proposta e foram objeto de análise na fase de diligência.

Tal alegação configurará inadimplemento contratual, sujeitando o infrator às sanções previstas no item 10 deste Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

Esta previsão decorre diretamente dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório (art. 5º da Lei 14.133/2021) e da vedação ao comportamento contraditório, aplicável à relação jurídico-administrativa.

---

## **6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado global da contratação é de:

**R\$ 72.540,20 (setenta e dois mil, quinhentos e quarenta reais e vinte centavos).**

A estimativa foi obtida conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com base em pesquisa de mercado em fontes públicas e privadas, com tratamento estatístico dos dados coletados.

---

## **7 – CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO**

### **7.1 Recebimento provisório**

Realizado no ato da entrega, com conferência quantitativa.

### **7.2 Recebimento definitivo**

Ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis, após verificação dos seguintes critérios, em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar:

- I - Conformidade com as especificações técnicas mínimas descritas no item 4 deste Termo de Referência;
- II - Integridade física dos produtos e das embalagens, com identificação do fabricante;
- III - Atendimento aos parâmetros de qualidade definidos (gramatura, capacidade, material e adequação sanitária);
- IV - Correspondência entre a quantidade solicitada na Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho e a efetivamente entregue.



---

Produtos em desconformidade serão rejeitados e deverão ser substituídos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação formal, sem ônus para a Administração.

---

## 8 – CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis após:

- a. recebimento definitivo;
- b. ateste do fiscal do contrato;
- c. apresentação da nota fiscal;
- d. verificação de regularidade fiscal.

Não haverá pagamento antecipado.

---

## 9 – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

A gestão contratual observará os arts. 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**Fiscal do contrato:**

**Sandra Elena Moro dos Reis**

Compete à fiscal:

- a. acompanhar a execução da ata;
  - b. verificar conformidade dos produtos;
  - c. registrar ocorrências;
  - d. atestar recebimentos;
  - e. comunicar irregularidades;
  - f. subsidiar a gestão contratual.
- 

## 10 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, a Administração poderá aplicar, garantida a prévia defesa, as sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade.

Constituem infrações, entre outras, o atraso injustificado, a recusa de fornecimento, a entrega de produtos em desconformidade com as especificações e a inexecução parcial



ou total da ata, observando-se, ainda, o procedimento específico para cancelamento do registro do fornecedor por descumprimento reiterado, conforme disposto na cláusula 5.2.2 deste Termo de Referência.

## 11 – SUSTENTABILIDADE

A contratada deverá observar:

- Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- normas ambientais aplicáveis;
- boas práticas de redução de resíduos;
- priorização, quando possível, de materiais recicláveis ou biodegradáveis.

## 12 – MATRIZ DE RISCOS

Risco	Probabilidade	Impacto	Mitigação
Recusa de pequenas quantidades	Média	Alto	Vedação de pedido mínimo e fiscalização
Atraso na entrega	Média	Alto	Prazos definidos e sanções
Produto em desconformidade	Média	Alto	Conferência técnica rigorosa
Desabastecimento	Média	Alto	Monitoramento contínuo
Oscilação de preços	Média	Médio	Gestão da ata e revisão de preços

## 13 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Termo de Referência atende às disposições da Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Legislativo Municipal aplicável, garantindo eficiência, competitividade e segurança jurídica na contratação.

Caraá, 19 de junho de 2026.

DIEVERTON GISANDRO DOS SANTOS

SECRETARIA DE  
**EDUCAÇÃO**



**CARARÁ-RS**  
PREFEITURA

---

Agente Administrativo

MARCELO PACHECO DOS SANTOS  
Secretário Municipal de Educação



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**ANEXO II - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. XX/20XX**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 031/2026**

**VALIDADE: XX/XX/20XX A XX/XX/20XX (12 MESES)**

Aos XXX dias do mês de XXXX de 2026 O **MUNICÍPIO DE CARARÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, cadastrado no CNPJ/MF sob n.º 01.614.158/0001-14, com sede na Rua Arno Von Saltiel, 478, Centro, em nome de seu Prefeito Municipal, Sr. **BOLIVAR ANTÔNIO DE SOUZA RABELO GOMES**, brasileiro, solteiro, CPF n.o 039.464.460-35, residente e domiciliado na Rua Lourenço Correa Gomes, 1478, Centro no Município de Carará/RS, e a (s) empresa (s) arrematantes, pelo seu representante infra-assinado, doravante denominada **FORNECEDORA**, termos da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.o 1872/2024, e das demais normas legais aplicáveis, que considerando o resultado da **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 031/2026**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente ata obedecidas as disposições da Lei Federal nº 14.133/21 nas seguintes condições:

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

1.1 Através da presente ata ficam registrados os valores para Registro de Preços visando a eventual aquisição de materiais descartáveis destinados às atividades da Secretaria Municipal de Educação de Carará/RS, compreendendo copos descartáveis, pratos descartáveis, talheres descartáveis, bandejas, copos térmicos, guardanapos, potes térmicos, embalagens PET, bandejas plásticas e sapatilhas descartáveis tipo propé, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I)..

1.2 O relatório de Cadastro Reserva, e Ranking do processo estão disponíveis para downloads no Portal de Compras públicas no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), através de consulta pelo número do respectivo processo licitatório.

**CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano a contar de XX/XX/20XX.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ** **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

2.2 Conforme art. 83. da Lei 14.133/21, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

2.3 Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 031/2026** que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

### **CLÁUSULA III – DO PAGAMENTO**

3.1 O pagamento será efetuado até 15 (quinze) dias após a apresentação da nota fiscal. A DETENTORA DA ATA deverá apresentar os documentos de cobrança, em nome da Prefeitura Municipal de Carará, nos quais deverão estar discriminados os materiais entregues e deverá ainda constar na Nota Fiscal o número da Nota de Empenho prévio, emitida por esta Prefeitura.

3.2 O pagamento somente será realizado após a liberação realizada pelo fiscal da ata, designado em Portaria Especial.

3.3 Não será efetuado qualquer pagamento à DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3.4 O CNPJ da DETENTORA DA ATA constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório, e no corpo da nota deverá obrigatoriamente constar o número deste processo, o número da Licitação, o número da nota de empenho prévio, emitida por esta Prefeitura, e os dados bancários da empresa, bem como conter ainda as assinaturas dos fiscais na Nota Fiscal.

3.5 A DETENTORA DA ATA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura, destacados os valores relativos ao IR, INSS (nos termos da Lei Previdenciária) e o ISS, caso ocorra fato gerador destes e outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento.

3.6 A DETENTORA DA ATA deverá emitir 01 (uma) nota fiscal por empenho (caso sejam emitidos mais de um empenho para os materiais entregues).



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÁ** **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

### **CLÁUSULA IV – DA FORMA DE ENTREGA**

4.1 Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade e as orientações da Secretaria Municipal de Educação de Caraá. O local de entrega situa-se na Rua Inácio Rabelo dos Santos, nº 8363, CEP 95515-000, Caraá/RS. O recebimento ocorrerá de segunda a sexta-feira, das 08h às 11h30 e das 13h30 às 16h30, aos cuidados dos fiscais do contrato. Contatos: (51) 3206-0051 e (51) 99807-9641. O horário poderá ser alterado a critério da administração.

4.2 Os materiais deverão ser entregues em perfeito estado, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio ou transporte.

4.3 Os materiais estarão sujeitos à contestação caso não atendam às especificações exigidas no edital, caso este em que o licitante vencedor, obrigatoriamente, deverá efetuar correção das eventuais falhas apresentadas ou sua substituição.

4.4 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, esta Secretaria não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.5 A Secretaria terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para processar a conferência e aceitação final do material.

4.6 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

4.7 A entrega do material licitado será de acordo com a necessidade desta Secretaria e mediante solicitação do fiscal da ata.

4.8 A empresa terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para efetuar a entrega do material, após solicitação do fiscal da ata.

4.9 Será fiscal da Ata de Registro de Preços e da respectiva entrega a servidora:xxxxxxx.

### **CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES**

#### **5.1 Responsabilidades do Contratante:**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ** **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

5.1.1 O pagamento conforme o determinado neste instrumento.

5.1.2 A fiscalização dos insumos, objeto do presente pregão, no momento da entrega, que será realizada por servidor nomeado em Portaria Especial.

### **5.2 Responsabilidades Da Contratada:**

5.2.1 Executar o objeto licitado conforme especificações deste Termo de Referência e seus anexos, e em consonância com a proposta de preço apresentada.

5.2.2 Obedecer à cronologia de entrega dos materiais, atendendo as solicitações da CONTRATANTE.

5.2.3 Indenizar terceiros por eventuais prejuízos decorrentes da execução ou inadimplência da ata, independentemente das sanções aplicáveis e demais responsabilidades.

5.2.4 Comunicar por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na entrega dos materiais, ou que possam comprometer a sua qualidade.

5.2.5 Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

5.2.6 Atender as determinações da fiscalização da CONTRATANTE.

5.2.7 Manter, durante a validade da ata, as mesmas condições de habilitação.

5.2.8 Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE no prazo de 03 (três) dias.

5.2.9 Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais.

5.2.10 Efetuar a substituição do bem, objeto da ata de registro de preços, caso não esteja de acordo com o exigido.

5.2.11 Manter em estoque e em perfeitas condições de uso os objetos da presente licitação.

5.2.12 Entregue deverá possuir, obrigatoriamente, o Certificado de Aprovação (CA) válido, emitido



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ** **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho (atualmente o Ministério do Trabalho e Emprego), nos termos da Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6).

### **CLÁUSULA VI – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1 As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da Nota de Empenho pela detentora.

6.2 A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.

6.4 A empresa fornecedora, quando do recebimento da Nota de Empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 A cópia da Nota de Empenho será anexada ao processo de administração da ata.

### **CLÁUSULA VII – DAS PENALIDADES**

7.1 Os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento das obrigações, sujeitará o licitante vencedor às penalidades previstas na Lei 14.133/2021, das quais destacam-se:

I – Advertência;

II – Multa de 15% (quinze por cento) do valor total do(s) item(ns) registrado(s) na Ata, por ocorrência, relativa à execução deste(s) em desacordo com o solicitado;

III – Multa de 1% (um por cento) do valor total do(s) empenho(s), por dia de atraso injustificado na execução do objeto, além dos prazos estipulados no edital e seus anexos, limitado a 30 (trinta) dias- multa;

IV – Multa de 10% (dez por cento) do valor total do(s) item(ns) registrado(s) na Ata, pela recusa injustificada em executar o objeto;

V – Multa de 20% (vinte por cento) do valor total da proposta em caso de apresentação de



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ** **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

declaração ou documentação falsa durante a execução do objeto, ou em caso de fraude a licitação ou prática de ato fraudulento na execução do objeto;

VI – Multa de 20% (vinte por cento) do valor total da proposta pela prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº. 12.846/2013;

VII – Impedimento de licitar e contratar com o Município de Carará pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nas hipóteses previstas no parágrafo 4º do artigo 156 da Lei 14.133/2021.

VIII – Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nas hipóteses previstas no parágrafo 5º do artigo 156 da Lei 14.133/2021.

7.2 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Município.

7.3 Todas as sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.4 As penalidades administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

### **CLÁUSULA VIII – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão da Nota de Empenho.

### **CLÁUSULA IX - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 A presente ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

9.1.1 a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2 a detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ** **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

critério da Administração; observada a legislação em vigor;

9.1.4 em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5 os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6 por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.2 No caso do item 9.1.1 a empresa será comunicada através de Notificação Extrajudicial para cumprimento das obrigações, que poderá ser realizada através de e-mail, WhatsApp e correspondência com comprovação devidamente juntada ao processo.

9.2.1 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será realizada através de publicação no Diário Oficial do Município, para cumprimento das obrigações. Em não atendimento da notificação extrajudicial será realizado o cancelamento do preço registrado.

9.2.2 Os itens cancelados serão reclassificados para as demais empresas participantes do certame, obedecendo a ordem de classificação dos preços.

9.3 Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, desde que, não haja entrega/cumprimento do objeto pendente.

9.3.1 O pedido de cancelamento, bem como os pedidos de reequilíbrio deverão ser realizados antes do recebimento dos empenhos por parte da empresa. No caso de empenhos já recebidos a contratada deverá realizar a entrega/cumprimento dos mesmos sob pena de aplicação das penalidades previstas na cláusula 7 desta ata.

### **CLÁUSULA X – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO**

10.1 A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Setor de Compras (ou à Comissão de Acompanhamento do Sistema de Registro de Preços), os quantitativos das aquisições.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

10.1.1 A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

**CLÁUSULA XI - DAS COMUNICAÇÕES**

11.2 As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, deverão ser sempre registradas.

**CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1 Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 031/2026** e a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

12.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 14.133/21, Lei Complementar nº.123/06 e pelos Municipais n.º 401/2005 e 1.019/2013, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-á a Legislação Civil em vigor.

**CLÁUSULA XIII - DO FORO**

13.1 As partes elegem o foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha/RS, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento,

**BOLIVAR ANTÔNIO DE SOUZA RABELO GOMES**  
Prefeito Municipal

**Martina Andrade dos Santos**  
Pregoeira (o)/Gestora (o) de Ata

**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
Empresa detentora da ata



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÕES UNIFICADAS (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

**Pregão Eletrônico Nº \*\*\* PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº\*\*\***

**EMPRESA:**

**CNPJ:**

**EMAIL:**

**TELEFONE:**

**ENDEREÇO:**

....., INSCRITO NO CNPJ Nº ,  
POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A) ,  
PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº ..... E CPF Nº , DECLARA,  
PARA FINS:

5 Do disposto no inc. VI do art. nº 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )<sup>1</sup>.

6 Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na constituição federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, sob risco de desclassificação, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7 Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021;

8 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021;

. (DATA)

(REPRESENTANTE LEGAL)

---

<sup>1</sup> Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARARÁ**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EPP**

**Pregão Eletrônico N° \*\*\***

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° \*\*\***

[NOME DA EMPRESA], [qualificação: tipo de sociedade (LTDA, S.A, ETC.), endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n° [XXXX], neste ato representada pelo [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], portador da Carteira de Identidade N° [XXXX], inscrito no CPF sob o n° [XXXX], **declara**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do Art. 3º da Lei Complementar N° 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do Art. 3º da Lei Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2006 e pelo Artigo 4º da Lei n° 14.133/2021.

Declaro, para fins da LC 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:

( ) **MICROEMPRESA** – receita bruta anual igual ou inferior a 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do Art. 3º da Lei Complementar n° 123/06 alterada pela LC 147/2014.

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – receita bruta anual superior a 360.000,00 e igual ou inferior a 4.800.000,00 valores , estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do Art. 3º da Lei Complementar n° 123/06 alterada pela LC 147/2014.

**OBSERVAÇÕES:**

7 esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME OU EPP, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006;

8 A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME OU EPP, nos termos da LC N° 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL NOME E ASSINATURA DO CONTADOR  
(NO CASO DE ME E EPP) CPF: XXX.XXX.XXX-XX CRC: